

**CORPORE
INVEST**

A SUA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto, Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070.

CNPJ: 07.327.045/0001-14

Demonstrações Contábeis Individuais em 30 de Junho de 2024

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas.
- Parecer dos Auditores Independentes

Demonstrações divulgadas em 31/08/2024 no site

<http://www.corporeinvest.com.br/>

A Diretoria da **Corpore** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3



Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto
Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070
Tel.: (67) 3416-4600



Termo Declaratório

Eu, MARCELO SUSUMU TAKAHASHI FUZY, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

23 de agosto de 2024

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável

The logo for Corpore Invest, featuring the words "CORPORE" and "INVEST" in white, bold, uppercase letters stacked vertically on a blue square background.

**CORPORE
INVEST**

A SUA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.

CNPJ 07.327.045/0001-14

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO				PASSIVO			
	NE	30/06/2024	31/12/2023		NE	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		2.155	2.119	CIRCULANTE		60	66
Disponibilidades		1	1	Outras obrigações	8	60	66
Aplicacoes Interfinanceiras de liquidez		0	0	Cobrança e arrec. de tributos		0	0
Aplicacoes Em Operacoes Compromissadas		0	0	Sociais e estatutárias		0	0
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	217	115	Fiscais e previdenciárias		49	62
Carteira Própria		217	115	Diversas		11	4
Operações de crédito	5	1.615	1.695				
Operações de crédito		1.646	1.708				
(-)Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		-31	-13				
Outros créditos	6	322	308				
Diversos		322	308				
Outros valores e bens		0	0	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	2.201	2.096
Despesas antecipadas		0	0	Capital Social		2.000	2.000
NÃO CIRCULANTE	7	106	43	Capital		2000	2.000
Imobilizado		106	43	Aumento Capital		0	0
Outras Imobilizações de Uso		362	305	Reserva de Lucros		96	96
(-) Depreciações Acumuladas		-256	-262	Lucros/Prejuízos acumulados		105	0
TOTAL DO ATIVO		2.261	2.162	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		2.261	2.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.

CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRES FNDOS EM 30 JUNHO DE 2024 E 2023 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	30/06/2024	30/06/2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>292</u>	<u>420</u>
Operações de crédito	284	135
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	8	4
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	0	281
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>-21</u>	<u>-9</u>
Operações de empréstimos e repasses	0	0
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-21	-9
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>271</u>	<u>411</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>-113</u>	<u>-105</u>
Rendas de tarifas bancárias	52	62
Despesas de pessoal	-61	-56
Outras despesas administrativas	-112	-91
Despesas tributárias	-21	-19
Outras Receitas Operacionais	30	0
Outras despesas operacionais	-1	-1
RESULTADO OPERACIONAL	<u>158</u>	<u>306</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>0</u>	<u>0</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	<u>158</u>	<u>306</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>-53</u>	<u>-63</u>
Provisão para imposto de renda	-36	-43
Provisão para contribuição social	-17	-20
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>105</u>	<u>243</u>
Juros sobre o capital	0	0
Lucro por ação	0,0525	0,1215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.

CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2024 E 2023 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRA	30/06/2024	30/06/2023
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>105</u>	<u>243</u>
Outros Resultados Abrangentes	0	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0
Apuração de Resultado		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>105</u>	<u>243</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.
CNPJ 07.327.045/0001-14
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de dezembro 2022	2.000	-	-	-	-	(275)	1.725
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	243	243
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho 2023	2.000	-	-	-	-	(32)	1.968
Mutações do Exercício	-	-	-	-	-	243	243
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de dezembro 2023	2.000	5	91	-	-	-	2.096
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	105	105
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho 2024	2.000	5	91	-	-	105	2.201
Mutações do Exercício	-	-	-	-	-	105	105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.

CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2024 E 2023 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
	30/06/2024	30/06/2023
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
1.1 Lucro/Prejuízo do período	105	243
1.2 Ajustes por Depreciação	-6	16
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18	9
2. Variação de Ativos e Obrigações	-60	-268
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	-102	-123
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	62	62
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-14	7
2.4 Outros valores e bens	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	-13	-219
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	7	5
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	57	0
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-57	0
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	-57	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	0	0
5.1 Depósitos	0	0
5.2 Empréstimos País	0	0
5.3 Dividendos pagos	0	0
5.4 Capital Social	0	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	0	0
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1	1
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1	1
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE FINDO EM 30 de JUNHO DE 2024 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., constituída em 14 de abril de 2005, autorizada inicialmente como Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno porte, conforme despacho do Banco Central do Brasil através do Ofício 33.571/2022-BCB/Deorf/GTREC de 23 de dezembro de 2022 com a aprovação das alterações abaixo especificadas:

- a) Mudança do objeto social para sociedade de crédito direto;
- b) Transformação em sociedade anônima;
- c) Mudança de denominação social para Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A.;
- d) Alteração do capital social para R\$ 2.000.000,00;
- e) Alteração contratual com aprovação do novo estatuto social.

A partir das alterações acima elencadas a Companhia passou a ter como objetivo social a prática de (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) prestação de serviços de análise de crédito de cobrança.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. As normas vigentes estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme as normas vigentes que tratam da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais



demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., avaliou os eventos subsequentes até o dia 02 de agosto de 2023, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.



A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN (nota explicativa nº 5).

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.



i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.



4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	30/06/2024	31/12/2023
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	217	115
Certificado de Depósito Bancário	217	115

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição das operações de crédito.

	30/06/2024			31/12/2023		
	Longo			Longo		
	Circulante	Prazo	Total	Circulante	Prazo	Total
Empréstimos	1.276	338	1.614	1.669	0	1.669
Títulos Descontados	32	0	32	39	0	39
Financiamentos	0	0	0	0	0	0
	1.308	338	1.646	1.708	0	1.708
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-28	-2	-31	13	0	13
	1.280	336	1.615	1.695	0	1.695

Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisionamento</u>	<u>30/06/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
		<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
A	0,50%	1.561	9	1.678	8
B	1,00%	20	0	1	0
C	3,00%	0	0	10	0
D	10,00%	47	5	16	2
E	30,00%	0	0	0	0
F	50,00%	0	0	0	0
G	70,00%	0	0	0	0
H	100,00%	18	18	3	3
		1.646	31	1.708	15

6. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos diversos é composto da seguinte forma:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Diversos	310	317
Impostos a Compensar	295	295
Devedores Diversos	27	22



7. IMOBILIZADO

O ativo permanente da instituição é composto por Móveis e Equipamentos de uso com taxa de depreciação de 10% a.a. e Veículos com taxa de depreciação de 20% a.a.

	30/06/2024	31/12/2023
Imobilizado	106	42
Móveis e Equipamentos	274	274
Veículos	88	31
(-) Depreciações Acumuladas	-256	263

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	30/06/2024	31/12/2023
Outras Obrigações	85	66
Cobrança e Arrecadação de Tributos	0	0
Fiscais e Previdenciárias	49	62
Provisão P/Pagamentos a Efetuar	0	0
Credores Diversos País	11	4

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em reais

Capital Social

O capital social ao final de 30 de junho de 2024 era de R\$ 2.000.000,00.

Prejuízos Acumulados

A Instituição apurou lucro de R\$ 105mil no semestre vigente.



10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Valores em reais

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Contas de Resultado Credoras	374.116,55	491.684,52
Contas de Resultado Devedoras	-216.200,96	-185.077,02
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	306.607,50	306.607,50
(+) Adições	113.759,00	18.987,51
(-) Exclusões	0,00	-9.648,64
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	271.674,59	315.946,37
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	-81.502,38	-94.783,91
Lucro Tributário Real	190.172,21	221.162,46
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	28.525,83	43.290,61
Contribuição Social- 9%	17.115,50	19.904,62

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Abaixo a composição das seguintes informações:

a) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Comunicações	(3)	(4)
Processamento de Dados	(17)	(14)
Seguros	(2)	(2)
Serviços do Sistema Financeiro	(2)	(2)
Serviços de Terceiros	(2)	(2)
Serviços Técnicos Especializados	(28)	(26)
Depreciação e Amortização	(25)	(17)
Outras Despesas Administrativas	(33)	(24)
Total	(112)	(91)

b) DESPESAS DE PESSOAL

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Proventos	(43)	(39)
Encargos	(14)	(14)
Benefícios	(4)	(3)
Total	(56)	(56)



c) DESPESAS TRIBUTARIAS

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
COFINS	(14)	(26)
PIS	(2)	(5)
Tributos e Taxas	(4)	(3)
Total	(21)	(34)

12. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;



RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.



13. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

Valores em reais

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme norma vigente. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 108,89% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de junho de 2024 em R\$ 2.200.962,25.

14. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 4966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.



O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas Demonstrações contábeis serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do Banco Central do Brasil.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2024 foi autorizada pelos sócios da Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., em 02 de agosto 2024.

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável



Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Acionistas e Conselheiros da
CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Dourados - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício de 2023

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, com relatório emitido em 29 de Agosto de 2023, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 26 de agosto de 2024.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Atestado digitalizado por GUILHERME LUIS
SILVA:812467499
SILVA:812467499
04

Guilherme Luis Silva
Contador CRC/SC 19.408/O-2